

TERRAS PÚBLICAS

Ministérios Públicos Federal e do DF apresentam, na próxima semana, ações conjuntas contra condomínios ilegais. Governo vai apoiar as investigações

União contra grileiros

Luís Grossmann

Da equipe do **Correio**

O governo federal vai entrar na briga contra a grilagem de terras no Distrito Federal. Nesta semana o Ministério Público Federal (MPF) vai instaurar um inquérito civil público para reunir as investigações e concentrar as informações sobre grilagem. O general Alberto Cardoso, ministro-chefe da Segurança Institucional da presidência da República, reuniu-se ontem com integrantes da Procuradoria da República no DF para discutir como o governo federal pode ajudar no combate à grilagem.

A consequência da reunião e da instauração do inquérito civil é que, a partir de agora, o MPF vai poder requisitar serviços de órgãos do governo, como a Polícia e a Receita Federal — a quem será pedida uma auditoria fiscal em várias pessoas apontadas como integrantes da máfia da grilagem no DF. Além disso, o inquérito civil vai concentrar informações e documentos que serão utilizados tanto em ações judiciais como medidas administrativas e mesmo policiais.

O governo federal resolveu participar por uma razão muito simples. Cada vez que uma área pública do DF é alvo da ação de grileiros, a União fica também no prejuízo, pois a metade do patrimônio da Companhia Imobiliária do DF, a Terracap, pertence a União.

É uma mudança e tanto em um assunto que sempre foi tratado como um problema local e foi provocada, em parte, pe-

Edson Gês 19.5.2000



O RELATÓRIO FOI ENTREGUE AO PROCURADOR EDUARDO ALBUQUERQUE

los estudos que apontam problemas provocados pela degradação ambiental de áreas atingidas pela grilagem. Entre eles o comprometimento dos mananciais de água do DF, constituídos principalmente de len-

çóis freáticos, além das invasões em unidades de conservação ambiental de responsabilidade da União.

Também pesou o argumento de que se a MPF instaurar um inquérito civil sobre o assunto e

ele não contar com a participação e a ajuda de órgãos do governo federal no combate à grilagem, a União também poderá ser responsabilizada pelos danos provocados.

RELATÓRIO

O interesse do governo federal começou a ser provocado há quatro meses, quando foram constituídas seis comissões no Ministério Público do Distrito Federal para cuidar exclusivamente de casos de grilagem. Essas comissões contaram com a participação de dezessete promotores, além do procurador distrital dos Direitos do Cidadão, Antônio Ezequiel Neto.

O primeiro resultado foi a elaboração de um relatório, de 260 páginas, que descreve a atuação dos grileiros. O documento — que foi entregue ao procurador-geral do DF, Eduardo Albuquerque, e a Procuradoria da República no Distrito Federal — também lista mais de 60 pessoas envolvidas em apenas um dos grupos envolvidos com a grilagem. Entre os envolvidos também figuram servidores públicos contra quem há indícios de irregularidades.

Desde então, promotores locais e procuradores federais têm trabalhado juntos com o mesmo objetivo de combate à grilagem. O trabalho conjunto vai continuar. A partir da próxima semana começam a ser propostas ações judiciais contra condomínios irregulares. Essas ações pretendem apurar as responsabilidades civis, administrativas e criminais dos envolvidos.